

**BAND.**  
com.br

OFERTAS  
ESPECIAIS



PA Telecom  
Motorola EX245  
Desbloquea...  
à vista **R\$ 489,00**

notícias ▾ esporte ▾ entretenimento ▾ viva bem ▾ vídeos ▾ Grup

## Notícias » Cidades

Brasil Ciência Cidades Economia Mundo Tecnologia Educação Emprego Esquisito Galeri

Tweetar 3

Like

+1 0



Tamanho de fonte A A

quinta-feira, 23 de fevereiro de 2012 - 10h07 Atualizado em quinta-feira, 23 de fevereiro de 2012 - 10h07

### Sabesp cobra R\$ 4 bi do ABC

**Compra de água tratada e investimentos realizados nas cidades motivam as dívidas de Santo André, Diadema e Mauá**

Do Metro ABC | [noticias@band.com.br](mailto:noticias@band.com.br)

#### Veja também

**Moradores reclamam de descaso em SP**

**Falta de água leva transtorno a rua de Osasco**

**SP: Sabesp conclui reparos em adutora**

**Tubulação da Sabesp rompe e interdita via**

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) cobra das prefeituras de Santo André, Diadema e Mauá cerca de R\$ 4 bilhões em dívidas pelo fornecimento de água tratada e investimentos.

Nestas cidades, autarquias adquirem o produto no atacado e ficam responsáveis pela distribuição para a população. São Caetano opera da mesma maneira, mas está adimplente.

No restante do ABC (São Bernardo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), todo o sistema é administrado diretamente pela empresa.

Sem receber pelo serviço – ou só recebendo parcialmente – , a companhia pede a quitação dos valores na Justiça. Ainda assim, as partes parecem longe de acordo. Historicamente, as prefeituras reclamam do valor cobrado pelo metro cúbico da água e também discordam das medições do volume fornecido.

A dívida de Santo André é a maior da região e está avaliada em R\$ 1,6 bilhão. Se fosse paga de uma só vez, consumiria mais da metade do orçamento do município para 2012, que é de R\$ 2,6 bilhões.

Diadema deve R\$ 840 milhões e, Mauá, R\$ 1,5 bilhão. Nos dois municípios, parte da dívida vem do investimento na instalação da rede que a Sabesp fez nas cidades e que hoje é operada pelas autarquias.

A Prefeitura de Diadema informou que assinou protocolo de intenções com a estatal e que negocia o pagamento da dívida. O processo corre desde 2008.

Presidente do Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental), Carlos Bocuhy diz que faltam elementos públicos de controle para exigir a cobrança de preços justos e a clareza dos contratos. "O abastecimento é fundamental e sua cobrança deve ser feita com cuidado por conta da importância da água para a vida e o meio ambiente."

As autarquias de Santo André e Mauá foram procuradas, mas não se pronunciaram sobre o assunto.